



## **O nó na garganta: o falacioso discurso da “ideologia de gênero” ainda continua provocando pânico moral no ensino**

Robson Ferreira Fernandes<sup>1</sup>

As reflexões propostas neste texto pretendem identificar inicialmente, um aporte historiográfico sobre feminismo, gênero, “ideologia de gênero” e ensino de história, e na sua última parte, o projeto de pesquisa desenvolvido numa escola pública. Enquanto instituição escolar, fomos alvo de um *post* denúncia nas redes sociais de um deputado estadual bolsonarista de Santa Catarina, que selecionou aleatoriamente várias imagens de atividades discentes para provocar “pânico moral” na sociedade, ou quem sabe, se promover diante da pauta que eles chamam de “ideologia de gênero”.

Essa expressão legitimada pelo campo eclesiástico ainda continua a corromper as políticas públicas educacionais, atingindo a democracia. O seu discurso se preenche por valores, costumes e moralidades que impactam destrutivamente os novos arranjos familiares, a diversidade sexual, os movimentos sociais feministas e LGBTQIA+ e outras pautas que se irrompem contemporaneamente nas garantias e direitos de diversas pessoas.

Escrito por Géssica Guimarães<sup>2</sup>, “Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres” é o artigo do dossiê ‘Feminismos como objeto de pesquisa e matriz epistêmica: pensando a história do tempo presente’, da Revista Tempo e Argumento, volume 12, número 29 (2020). O artigo que dialoga com a proposta deste texto, pretende buscar uma investigação acerca das diferenças entre a teoria de gênero e a ideologia de gênero, ou seja, pontuar algumas reflexões sobre as temáticas já produzidas pela historiografia. Seu objetivo “consiste em

---

<sup>1</sup> Doutorando em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e professor da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. E-mail: rofefe23@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).





historicizar o significado e conteúdo atribuído tanto à teoria de gênero quanto à ideologia de gênero, a fim de compreender os desdobramentos científicos, políticos e pedagógicos de cada uma das perspectivas sobre as relações de gênero em nossa sociedade” (GUIMARÃES, 2020, p. 02). A partir deste fundamento, a autora situa-se num processo cauteloso de busca por entendimentos das demandas feministas que suscitaram na IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Pequim, e o avanço conservador intitulado de “ideologia de gênero” no campo eclesiástico para barrar questões como os novos arranjos familiares, aborto, sexualidades, etc.

O primeiro pilar estrutural do artigo, “Feminismo para o quê ou para quem?”, a autora propõe diálogos sobre o feminismo e suas reivindicações. É necessário pensar que o seu objetivo é uma sociedade sem hierarquia de gênero. Um dos conceitos evocados nesta discussão é o cunhado por Crenshaw<sup>3</sup> de interseccionalidade. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis. O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. Importante propor caminhos para que o feminismo possa atingir subjetividades e experiências humanas no viés da “educação que promova a solidariedade entre os indivíduos, a partir do reconhecimento de processos históricos de exploração e segregação” (GUIMARÃES, 2020, p. 5). Uma educação feminista que atravesse a essência da democracia.

Em “Gênero como categoria analítica”, Guimarães faz reflexões sobre a emergência do termo. A palavra “gênero” é uma categoria de análise dos estudos feministas que tem sido

---

<sup>3</sup> Kimberlé Williams Crenshaw, professora em tempo integral na Faculdade de Direito da UCLA e na Columbia Law School, onde se especializa em questões de raça e gênero. Conhecida pela introdução e desenvolvimento da teoria interseccional.





utilizada para pensar a construção social das diferenças entre homens e mulheres, conforme explica a historiadora Joan W. Scott (1990). Até recentemente, o senso comum considerava que os comportamentos, ações e espaços na sociedade, destinados de maneira diferente para homens e mulheres, davam-se pela diferença biológica dos corpos. Os estudos feministas e de gênero passaram a questionar essa origem biológica e a explicação causal para comportamentos e condutas de mulheres e homens em diferentes sociedades. Como o conceito de gênero é uma ferramenta analítica que é ao mesmo tempo uma ferramenta política, a prática social se dirige aos corpos. São nas relações sociais que se constroem os gêneros, na pluralidade dos modos.

Com todo esse avanço na ciência sobre as questões de gênero e sexualidade, o campo conservador e fundamentalista se armou para criar narrativas e discursos “antigênero” baseados nos princípios morais da religião. E são nessas interfaces que o termo “ideologia de gênero” foi gestado no campo eclesial pela Igreja Católica. O terceiro momento do artigo, a autora delimita um panorama histórico sobre a “ideologia de gênero” no mundo, especialmente a partir da IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, quando os “defensores utilizam a retórica dos valores morais em nome do combate a qualquer forma de reivindicação dos direitos das mulheres e dos sujeitos cuja orientação sexual e identidade de gênero desafiem a heteronormatividade estabelecida” (GUIMARÃES, 2020, p. 12). A “ideologia de gênero” foi incorporada por outras religiões de matriz judaico-cristã, bem como os evangélicos neopentecostais e o movimento espírita no Brasil. No cenário político-social desse país, efeitos concretos e devastadores foram percebidos nas políticas públicas, nos campos dos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e, sobretudo, na educação, através de uma produção midiático-educativa reacionária na narrativa da chamada “ideologia de gênero”.

Com isso, o pânico moral se instalou no país fazendo com que as pessoas de diversas camadas sociais, políticas e religiosas sentissem medo e aversão às lutas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ por direitos e conquistas nos campos político e educacional. O Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Escola sem Partido” protagonizaram constantes vigilâncias conservadoras e reacionárias em diversos campos, especialmente o





educacional, como tentativas de censura aos debates de gênero e de perseguição e criminalização de professores/as que falassem sobre “ideologia de gênero”.

A proposta de “Por um ensino de história comprometido com uma sociedade democrática”, último pilar do artigo, é refletir sobre algumas publicações de autores e autoras que se empenham no campo do ensino de história, das legislações educacionais no Brasil, das atividades pedagógicas que discutem gênero e sexualidade e se deparam com o discurso da “ideologia de gênero”. A autora nos diz que “o ensino de história ainda apresenta lacunas em relação a ações efetivas de combate às desigualdades de gênero, seja nos livros didáticos ou na estrutura curricular” (GUIMARÃES, 2020, p. 22).

Por que estudar gênero e sexualidade na escola? A necessidade emergente dessas discussões em sala de aula assegura a essência da democracia em tempos de “pânico moral”. É necessário mudarmos as concepções das desigualdades que envolvem a questão de gênero e sexualidade. Torna-se possível experimentar outros modos de conhecer, através das estratégias desconstrutivas de análise sobre a situação dos marcadores sociais da diferença e que são ameaçados pelo discurso da “ideologia de gênero”. Este é muito mais do que um texto qualquer, é a apresentação de uma realidade escolar, alvo de um dos muitos movimentos conservadores, fundamentalistas e reacionários do território brasileiro. Já basta!

### **O Projeto de Pesquisa, o Ensino Médio em Tempo Integral e a “Ideologia de Gênero”**

A Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira (EEBGIS), situada no município de Palhoça – Santa Catarina, tem na sua organização as modalidades de ensino o Ensino Médio Regular, o curso de Magistério, o Atendimento Educacional Especializado e o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Neste último, a base ampliatória da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, se apoia nos documentos vigentes





da educação brasileira. Na grade curricular, existe o componente “Projeto de Intervenção e Pesquisa” (PIP).

Com o título “*A endemonização das sexualidades: a ‘ideologia de gênero’ como ameaça à democracia e aos sujeitos da diversidade sexual*”, 17 estudantes da turma 206 da EEBGIS, mergulharam na proposta de investigação científica durante o segundo semestre de 2021, entre os meses de setembro e dezembro (de fevereiro a junho a escola se encontrava no ensino remoto), quatro aulas semanais de 45 minutos cada, orientados/as pela professora Cristiane da Silva (Língua Estrangeira - Espanhol), professor Aurélio Miguel Dias Moreira (Química), e eu, professor Robson Ferreira Fernandes (História). A metodologia usada no PIP foi de entender as etapas de um projeto de pesquisa e a continuidade se dará no próximo ano. Abaixo, segue a escrita recortada de um *paper* (produto final do PIP aprovado na reunião dos/as professores/as para cada turma de 2ª série) feita a base de muitas mãos, trabalho coletivo e processual do Projeto de Pesquisa final dos/as estudantes do EMTI, e apresentado como resultado final do processo somente para uma banca de professores/as avaliadores/as da EEBGIS:

Sobre o resumo: Com base no desenvolvimento do PIP do EMTI da EEBGIS, ano de 2021, turma 206, são discutidas algumas formas de proposições iniciais científicas acerca das temáticas de gênero e sexualidade no espaço público da instituição que, contemporaneamente, vem sendo atacada por discursos tendenciosos e preconceituosos da “ideologia de gênero”. Examina-se, mais detidamente, o projeto de pesquisa trilhado pelos/as estudantes que, inspirados/as por compreender e analisar os temas propostos, surgiu a possibilidade de perceber como esses assuntos ainda são considerados tabus e sofrem retaliações de diversos grupos sociais, principalmente por religiosos e conservadores. Nossa escola é laica, republicana, cidadã e democrática. A diversidade de corpos, pensamentos e existências no território escolar não podem ser silenciadas e abafadas por demandas que afetam a democracia. A partir da pesquisa fundamentada, materializamos um vídeo sobre como essa “ideologia de gênero” afetou a unidade escolar, baseado em entrevistas. Uma experiência que articula o conhecimento científico e a reivindicação de estudantes, assim como a produção intensa de diálogos nas aulas.





Sobre as Palavras-Chave: Estudos de gênero e ideologia de gênero; Gênero e sexualidade na escola; Identidade de gênero e orientação sexual.

Sobre a Introdução: Na década de 1990, a educação sexual passou a fazer parte do currículo nacional. Passaram-se alguns anos e ainda encontramos dificuldades para falar sobre o tema, que por sua vez, já deveria ter sido implementada nas escolas, pois estudantes, em especial adolescentes, sentem necessidade de discussões em torno da educação sexual.

Acreditamos que é de extrema importância ter e saber conteúdos sobre gênero e sexualidade, porque eles nos permitem construir uma sociedade mais respeitosa, humana e solidária. Entretanto, encontramos dificuldades em abordar essa temática, pois há preconceito, medo e ignorância sobre o assunto, como por exemplo a crença na “ideologia de gênero”.

A pesquisa tem como finalidade apontar discussões e reflexões, esclarecendo dúvidas, angústias e gerando conhecimento. A hipótese inicial foi identificar a ausência de debates sobre gênero e sexualidade na escola, tendo como objetivo propor alternativas para construir espaços de socializações e interações nessas temáticas.

Sobre o Desenvolvimento: Vivemos em tempos de ódio e preconceito. E não é diferente no caso brasileiro, onde pessoas morrem por serem quem são. O tema “gênero e sexualidade” como objeto de pesquisa da turma nasceu de uma necessidade coletiva para entender mais sobre os conteúdos, as subjetividades, as identidades etc. Nossa relação com o tema já aconteceu por buscas individuais, mas como um projeto de pesquisa coletivo e legitimado pela escola é inovador.

O PIP tem sua importância para que se possa adquirir maior base antes de fazer a pesquisa de fato. Seus objetivos buscam criar uma rota de investigação, esclarecer possíveis dúvidas e demonstrar a comunidade escolar seus propósitos metodológicos e científicos. Em relação ao Ensino Médio, o PIP mostra-se relevante para a criação de um senso crítico, e de uma independência nos estudos. Ao lidar com um planejamento bem





definido, torna o/a estudante capaz de conviver com suas obrigações na vida adulta, principalmente a respeito de uma orientação para demandas da faculdade e da ciência.

As aulas do PIP aconteceram em movimentos democráticos e coletivos, tornando estudantes pesquisadores/as e investigadores/as. Pesquisar artigos a partir de palavras-chave da temática de educação sexual na escola, selecioná-los, lê-los, fichá-los e apresentá-los foram exercícios empíricos que não só proporcionaram debates profícuos, mas uma aproximação do método científico de pesquisa.

Os fichamentos foram estruturados em eixos temáticos, convergindo com o assunto geral. São eles: 1) A historiografia da expressão “ideologia de gênero” e seus desdobramentos na educação, 2) A educação sexual como tema gerador, e 3) Práticas pedagógicas aplicadas e pensadas por professores e professoras nas escolas do país.

A pesquisa nos inspirou para a criação de um vídeo intitulado de “*Da garganta para fora*” (o audiovisual não está em domínio público por questões éticas) com duração de 2min 52seg., onde foram entrevistadas algumas pessoas da comunidade escolar que foram afetadas pela “ideologia de gênero”, após uma denúncia<sup>4</sup> publicizada nas redes sociais de um deputado estadual bolsonarista de Santa Catarina, e que se sentiram confortáveis de falar sobre o caso.

Na pesquisa de campo buscamos fazer uma pergunta que recolhesse respostas de pessoas que leram a postagem do deputado, citado anteriormente. Questionamos, então, os funcionários e estudantes sobre as reações e opiniões diante da situação apresentada, e reunimos as respostas em forma de vídeo, o qual serviu de apoio para guiar e concluir a pesquisa. Um dos funcionários entrevistados fez o seguinte comentário: *"Quando se trata de saberes e fazeres numa escola, todo conhecimento é bem-vindo e todo debate deve ser vivenciado, nesse sentido; há um sistema de ódio e de incompreensão, coisa que não predomina numa escola, onde nós devemos ser livres para reflexão e livres na amplitude do saber[...],* bem como outras manifestações que suscitaram sentimento de indignação pela postagem do deputado.

---

<sup>4</sup> Para ler a denúncia, acessar: [https://www.instagram.com/p/CV3PuQfrHN7/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CV3PuQfrHN7/?utm_medium=copy_link) .





Nas falas dos/as estudantes, podemos identificar convergências com as dos funcionários. Uma estudante diz que *"[...] o que mais me revoltou, o que mais me deixou ansiosa, é que foi uma pessoa totalmente estranha tentando atacar o nosso colégio, e não tentando atacar só o nosso colégio, mas o nosso direito como aluno, sabe? Tá lá no Estatuto da Juventude e em outros arquivos, que é direito do aluno ter sistemas de ensino. Então o cara, que acha que é maior do que a lei, não pode vir e simplesmente atacar esse tipo de conteúdo porque a cabecinha dele diz isso. [...] O Ivo me permitiu muito poder ser quem eu quero ser. [...] Então, ver que um cara assim, totalmente nada a ver, atacou um colégio, no qual tem um objetivo totalmente contrário, de fazer com que o aluno se sinta em casa, me deixa revoltada. Não só por ser aluna do Ivo, mas por ser aluna em si".* E finalizou sua reflexão pensando *"[...] quais seriam as consequências...? [...] a lei tá do nosso lado e homofobia é crime!"*.

Perante as demandas do nome social em instituições escolares, e tendo um aluno na turma que se identifica socialmente por Alex, nossa turma prezou em trazer para o projeto a Resolução CEE/SC N°048, de 05 de julho de 2016, que legitima o direito de estudantes travestis e transexuais usarem o nome que os deixam mais confortáveis no ambiente escolar.

A estrutura textual da Resolução citada, propõe caminhos para as escolas estaduais procederem em casos de solicitação do nome social por pessoas travestis e transexuais. Para solicitar, as pessoas deverão prosseguir da seguinte forma: "Art. 5° O (a) aluno (a), maior de 18 anos, poderá requerer, a qualquer tempo, por escrito, a inclusão do nome social nos documentos escolares internos. Parágrafo único - Para o aluno(a), menor de 18 anos, o requerimento deverá ser subscrito pelos pais ou responsáveis" (SANTA CATARINA, 2016).

Na Resolução é mostrada a necessidade de que os responsáveis pelo/a estudante se dirijam até a escola para requerer o uso do nome social. Com isso, é necessário levar em consideração alunos/as que não possuem o apoio dos pais e/ou responsáveis em questão de seu gênero e sexualidade. Trazemos esse debate, pois no caso do aluno citado, ao ser questionado sobre essa demanda, e como foi para conseguir que professores usassem seu







nome social nas aulas e na chamada, diz: *"O motivo pelo qual eu não trago o documento assinado pela minha mãe é por ela dizer que eu não tenho capacidade de me identificar como transexual em tão pouco tempo. No caso, eu já me identifico como não-binário há dois anos. [...] Minha mãe simplesmente foi contra quando eu 'saí do armário' e simplesmente fingiu que a discussão nunca existiu e continuou me tratando no feminino e me chamando pelo meu nome morto. É impossível trazer o documento assinado porque ela me invalida".* Ele continua: *"Para conseguir que os professores me chamassem por Alex foi com auxílio de uma professora, que comunicou a maior parte dos docentes [...]".*

Sobre as Considerações Finais: O PIP foi uma grande aventura para todos e todas da turma, tanto para aqueles/as que já tinham experienciado no ano passado (2020) ou tiveram o primeiro contato esse ano. As dificuldades enfrentadas foram o curto prazo, a grande autonomia, a nova metodologia e a organização das ideias.

Desde o começo da pesquisa, existiram dificuldades referentes às leituras, às interpretações dos artigos e principalmente dos fichamentos. A pesquisa de campo também foi um desafio; a metodologia utilizada de entrevistas gravadas em celulares nos mostrou que, a partir da pergunta "polêmica" relacionada ao episódio do deputado, há necessidade de diálogo e estudo sobre os temas referentes a gênero e sexualidade, não só em casa, mas nas escolas. Pensar é viver em constante perigo. Qual escola que se responsabiliza e tem compromisso ético, por pensar em gênero e sexualidade? O medo será a solução final? Continuamos atentos/as.

## **Referências**

BAHIA. Defensoria Pública do Estado. **Entendendo a diversidade sexual**. 1ª ed. Salvador: ESDEP, 2018.

BRÊTAS, J. R. S.; JARDIM, D.P. **Orientação sexual na escola:** a concepção dos professores de Jandira - SP. Rev. Bras. Enferm., 2006, mar-abr; 59 (2):157-162.

GUIMARÃES, Gêssica. **Teoria de gênero e ideologia de gênero:** cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0107, jan./abr. 2020.





MACHADO, Maria das Dores Campos. **O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26 (2): e47463, dez. 2017.

SANTA CATARINA. **Resolução CEE/SC N° 048**, de 05 de julho de 2016. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos e dá outras providências. Disponível em: [file \(cee.sc.gov.br\)](http://cee.sc.gov.br). Aces. 17 nov. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

